



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 8 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quinta-feira, 17 de janeiro de 2013**

<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Amazonas 'dribla' crise e exporta US\$ 998 milhões.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Projeto para o ICMS ainda divide Estados.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ESTADO DE MINAS</b> Dilma quer segurar a economia.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> Dilma assume comando da economia e amplia contato com empresários.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> Intervenção de Dilma .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE BOA VISTA</b> Suframa não regulamenta isenção para produtos industrializados.....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Cai desempenho do setor de tecnologia .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PARAIBA.COM</b> Em dois anos, Itamaraty emite mais de 100 passaportes diplomáticos .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Amazonas 'dribla' crise e exporta US\$ 998 milhões</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Mesmo diante do cenário econômico desfavorável no mercado internacional, a venda de produtos amazonenses para clientes estrangeiros rendeu ao Estado US\$ 998,4 milhões entre janeiro e dezembro de 2012.**

O montante é 8,1% superior ao registrado no acumulado do ano anterior, quando as **exportações** somaram US\$ 914 milhões, segundo dados divulgados pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**.

O resultado foi comemorado pela Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, que atribui o desempenho às estratégias adotadas pelas empresas locais para inserir no **mercado** internacional os produtos da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** aliadas à qualidade dos itens fabricados em território amazonense.

O assessor econômico da entidade, Gilmar Freitas destacou, ainda, que as empresas locais estão atentas às condições de seus clientes e, diante do cenário econômico atua na prospecção de potenciais compradores dos itens locais, com

destaque para os fabricados no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

A **Fieam** salientou que nem mesmo que a medida adotada pela Argentina, maior **importador** de produtos 'made in **PIM**', de 'barrar' a entrada de produtos estrangeiros em seu território freou as vendas do **Amazonas** para o país 'hermano'.

O economista Assis Mourão Júnior também considerou as **exportações** satisfatórias, mesmo diante das adversidades.

O economista salientou ainda que se não fossem os entraves tributários somados aos altos gastos com impostos trabalhistas, o **Amazonas** poderia ter registrado um aumento bem maior do que o obtido.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Projeto para o <u>ICMS</u> ainda divide Estados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As propostas para pôr fim à guerra fiscal enviadas pelo governo ao Congresso só entram em discussão na volta do recesso, mas já provocam atritos. Estados do Sul e Sudeste mostram-se surpresos com as alterações feitas pelo governo após as reuniões com os secretários de Fazenda e governadores. Um ponto criticado é o alongamento - de 8 para 12 anos, com transição de 5 anos - do prazo de convergência das alíquotas interestaduais do ICMS para 4%. "Essa transição inviabiliza solução rápida para a guerra fiscal", diz José Clovis Cabrera, da Secretaria da Fazenda de São Paulo

#### **Mudanças em projeto que põe fim à guerra fiscal são contestadas**

Por Raquel Ulhôa e Eduardo Campos | De Brasília

As propostas para pôr fim à chamada guerra fiscal enviadas pelo governo ao Congresso só entram em discussão na volta do recesso, em fevereiro, mas alguns atritos já começam a aparecer. Os Estados do Sul e do Sudeste mostram-se surpresos com as alterações feitas entre as reuniões com secretários de Fazenda e governadores e o envio do projeto à Câmara e ao Senado.

O coordenador da Administração Tributária (CAT) da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, José Clovis Cabrera, acredita ser um retrocesso o alongamento no prazo de convergência das alíquotas interestaduais do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para 4% ao ano.

A proposta originalmente apresentada previa que as alíquotas de 12% e 7% levariam oito anos para migrar para 4%. Mas, pela última sugestão do governo, esse prazo foi alongado para 12 anos, com um período de transição de cinco anos, em que as alíquotas que hoje estão em 12% baixariam para 7%.

"Essa transição inviabiliza uma solução rápida para a guerra fiscal", disse Cabrera, lembrando que, dessa forma, se perpetuam os benefícios para Estados com alíquotas maiores: "Classificamos isso como um retrocesso. Demos passos com os governadores e as reuniões do Confaz, mas depois fomos surpreendidos por essa proposta."

O secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, também critica o prazo fixado pelo governo na proposta. "Paraná e São Paulo defendiam aplicação imediata. O governo tinha proposta inicial de oito anos e depois foi alongando. Eu entendo que perderemos muito tempo. É muito esforço para chegar a um resultado baixo", afirmou.

Como a unificação das alíquotas constará de projeto de resolução do Senado, a proposta do governo terá de ser formalmente apresentada por um senador para então entrar em tramitação.

Segundo o coordenador, os problemas do prazo longo de convergência não são apenas os créditos de ICMS que são trocados entre os Estados, mas também o possível impacto sobre a competitividade das empresas, que podem preferir um Estado a outro para se beneficiar das diferentes alíquotas que ficarão em vigor por 12 anos. Cabrera lembrou, ainda, que o prazo inicialmente defendido pelos Estados do Sul e do Sudeste era de convergência em quatro anos.

Outro problema apontado pelo representante de São Paulo é que essa diferença de alíquotas por 12 anos abre espaço para fraudes, como a simulação de operações interestaduais, o chamado "passeio de notas" ou mesmo operações em que a mercadoria cruza fronteiras estaduais de fato apenas para obter benefícios fiscais. "Ao se fazer a transição longa, se dá espaço para esse tipo de esperteza", diz.

A União também gastará mais recursos quanto mais longa for a transição, já que irá compensar as perdas dos Estados com as diferentes alíquotas por meio do fundo de compensação, criado em medida provisória. "Há um custo maior para o país", avalia Cabrera.

O coordenador também questiona o tratamento diferenciado dado aos produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e das operações de gás do Mato Grosso do Sul. Ambos ficarão fora da transição e manterão, pela proposta do governo, alíquotas de ICMS de 12%. "Essas exceções não têm base técnica", diz.

Já o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Renato Villela, acredita que as discussões no Congresso vão

extrapolar o que está proposto nos projetos do governo. Um dos pontos que devem entrar em pauta é comprometimento de receita dos Estados para o pagamento de dívidas. "Todo mundo concorda que o financiamento das dívidas seja revisitado", diz. O secretário acha que seria mais interessante, do ponto de vista macroeconômico, uma redução nos repasses à União referentes às dívidas, com a contrapartida de que esses recursos sejam destinados ao investimento.

Outro ponto que causou estranheza foi a proposição, mesmo que temporária, do fim da unanimidade das decisões do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A justificativa oficial é que o fim da unanimidade seria uma forma de se obter a remissão (perdão) e convalidação dos benefícios dados pelos Estados e que estão em desacordo com a Constituição.

Pelo projeto de lei complementar 238/13, as decisões do Confaz serão válidas com aprovação de três quintos dos Estados, sendo necessária também ao menos um terço de aprovação de cada uma das cinco regiões.

A alteração chama atenção, pois o governo sempre se mostrou contrário ao fim da unanimidade do Confaz.

Mesmo limitando essa fórmula de aprovação apenas ao ano de 2013, o coordenador paulista não deixa de ver

isso como um risco, pois, nas discussões em plenário, essa nova regra poderia ser ampliada para um período maior.

O secretário do Paraná também estranha a medida. "Por que acabar com a unanimidade agora, se até São Paulo, que era um dos Estados mais resistentes, estava disposto a convalidar os incentivos já concedidos?"

Ficaria aberta, ainda, a possibilidade de um "ataque" da maioria dos Estados contra apenas um ente da federação. O que, no limite, poderia levar à perda de autonomia, pois, teoricamente, o Estado sob "ataque" teria de acatar uma decisão que o prejudicaria.

Apesar das divergências, Hauly considera **importante** o fato de o **Governo Federal**, pela primeira vez, tomar a iniciativa de propor medidas para combater a guerra fiscal. "Agora caberá a nós discutir os detalhes durante a tramitação."

Outra mudança entre o projeto oficial e a proposição final do governo é o tamanho do Fundo de **Desenvolvimento Regional** (FDR), que assumirá o papel de estimular os investimentos antes ocupado pelos benefícios fiscais. O valor do FDR subiu de R\$ 172 bilhões em 16 anos, para R\$ 296 bilhões em 19 anos.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma quer segurar a economia</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Presidente toma as rédeas da política econômica com o objetivo de estimular investimentos no país. Ela pretende neutralizar a onda de pessimismo e alavancar os índices de crescimento**

**Rosana Hessel, Vânia Cristino e Graziela Reis**

Brasília - A presidente Dilma Rousseff assumiu, definitivamente, o bastão de ministra da Economia. Desde o início do ano, tomou para si a missão de convencer, pessoalmente, alguns dos empresários mais **importantes** do país a retomarem os investimentos produtivos, e com isso ajudarem na retomada do crescimento do país. Ela está convencida de que ninguém hoje da sua equipe econômica será capaz de reverter o pessimismo e a onda de desconfiança que se abateu sobre o capital. Sem o otimismo de volta, está condenada a ver os dois últimos anos de seu governo repetindo os baixos índices de crescimento de 2011 e 2012, complicando seus planos de reeleição.

Dilma foi convencida por seu mentor, o ex-presidente Lula, de que o melhor caminho para despertar o espírito animal dos empresários seria recebê-los individualmente, ouvindo as queixas e sugestões e dizendo o que o governo está fazendo e o que pode fazer para sustentar o avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**). O Palácio do Planalto acredita que a estratégia dará certo e funcionará como um contraponto à campanha contra o ministro Mantega "encabeçada pelos que estão perdendo dinheiro com as mudanças impostas na economia pelo governo em favor da maioria da população".

Dilma reconhece que houve falhas **importantes** na comunicação do governo com os agentes econômicos. Mas, para ela, é inaceitável campanhas feitas, sobretudo, no exterior. Primeiro, foi a revista inglesa The Economist que pediu a demissão de Mantega. Ontem, foi a vez do jornal Financial Times, referência no mundo das finanças, ironizar "o jeitinho brasileiro" na administração das contas públicas, sempre buscando artifícios para cumprir a meta de superávit primário de 3,1% do **PIB**. Nas palavras da publicação, o termo "jeitinho" se refere ao hábito nacional de se desviar das regras ou convenções por meios de táticas "altamente criativas", beirando a ilegalidade. "Você não tem ingressos

para um show ou não passou em sua prova de habilitação para dirigir? Não se preocupe: basta encontrar um jeitinho. Parece que isso também funciona para administrar a economia brasileira", destacou o texto de um dos blogs mais acessados do jornal.

Na cabeça de Dilma, pelo menos neste momento, não há a menor possibilidade de mudanças na equipe econômica, ainda que não falem candidatos para o comando da Fazenda, com o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, e o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho. "Dilma está satisfeita com Mantega e vai mantê-lo firme a seu lado. Ele faz o que o governo acredita que deve ser feito. Agora, se está contrariando interesses arraigados no país, não podemos fazer nada. O que **importa**, na visão da presidente, é o melhor para o país. E Mantega está empenhado em fazer o melhor", disse um dos assessores mais próximos da presidente.

Isso não quer dizer, porém, que a presidente esteja satisfeita com o imenso desgaste enfrentado pelo governo por causa das manobras fiscais anunciadas pela Fazenda, com o intuito de engordar o caixa do Tesouro Nacional em quase R\$ 20 bilhões. "Foi uma derrapada que poderia ter sido evitada, se mais bem avaliada", disse um ministro do grupo com maior trânsito no Planalto.

Desde a semana passada, Dilma vem recebendo vários empresários com o intuito de despertar o espírito animal do investidor brasileiro. Ontem pela manhã, foi a vez do presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau, um dos seus principais conselheiros. No início da tarde, foi a vez de Eike Batista, presidente do Grupo EBX, e seu pai, Eliezer Batista. O empresário mineiro já demonstrou interesse em investir em vários projetos de concessão na área de infraestrutura. Depois, Dilma recebeu o professor e fundador da Kahan Academy, Salman Khan, em companhia do multibilionário brasileiro radicado na suíça Jorge Paulo Lemann, acionista controlador da Ambev, e dono de empresas como Burger King, Submarino e Americanas.com. Questionado sobre o que ele conversou com a presidente e o como ele vê a economia brasileira, Lemann foi sucinto: "Estamos fazendo o que sempre fizemos. Estamos investindo como sempre. Temos projetos em todas as nossas empresas e nunca demos muita

atenção se a economia está muito aquecida ou não está aquecida.", afirmou.

Já passaram pelo terceiro andar do Palácio do Planalto os presidentes da Vale, Murilo Ferreira; do Conselho de Administração da Cosan, Rubens Ometto; da Odebrecht,

Marcelo Odebrecht; do Bradesco, Luiz Trabuco; do Grupo Lafarge, Bruno Lafon. A presidente continuará nessa toada de reuniões individuais com empresários. Um deles será Antonio Portela Alvarez, presidente mundial do grupo espanhol Isolux Corsán, que pode anunciar investimentos no país.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO <b>Dilma assume comando da economia e amplia contato com empresários</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Rosana Hessel

A presidente Dilma Rousseff assumiu, definitivamente, o bastão de ministra da Economia. Desde o início do ano, tomou para si a missão de convencer, pessoalmente, alguns dos empresários mais **importantes** do país a retomarem os investimentos produtivos e, com isso, ajudarem na recuperação do crescimento do país. Ela está certa de que, hoje, ninguém da sua equipe econômica será capaz de reverter o pessimismo e a onda de desconfiança que se abateu sobre o capital. Sem o otimismo de volta, está condenada a ver os dois últimos anos de seu governo repetindo os baixos índices de crescimento de 2011 e 2012, complicando seus planos de reeleição.

Dilma foi persuadida por seu mentor, o ex-presidente Lula, de que o melhor caminho para despertar o espírito animal dos empresários seria recebê-los individualmente, ouvindo as queixas e sugestões e dizendo o que o governo está fazendo e o que pode fazer para sustentar o avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**), como os projetos de concessão de portos, rodovias, ferrovias e aeroportos.

O Palácio do Planalto acredita que a estratégia dará certo e funcionará como contraponto à campanha contra o ministro Mantega "encabeçada pelos que estão perdendo dinheiro com as mudanças impostas na economia pelo governo em favor da maioria da população".

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Intervenção de Dilma</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Presidente da República assume o comando da economia, amplia contatos com empresários e pede mais investimentos para a retomada do crescimento. Financial Times diz que, ao maquiar as contas públicas, Brasil confirmou a fama de "país do jeitinho"**

#### ROSANA HESSEL

A presidente Dilma Rousseff assumiu, definitivamente, o bastão de ministra da Economia. Desde o início do ano, tomou para si a missão de convencer, pessoalmente, alguns dos empresários mais **importantes** do país a retomarem os investimentos produtivos e, com isso, ajudarem na recuperação do crescimento do país. Ela está certa de que, hoje, ninguém da sua equipe econômica será capaz de reverter o pessimismo e a onda de desconfiança que se abateu sobre o capital. Sem o otimismo de volta, está condenada a ver os dois últimos anos de seu governo repetindo os baixos índices de crescimento de 2011 e 2012, complicando seus planos de reeleição.

Dilma foi persuadida por seu mentor, o ex-presidente Lula, de que o melhor caminho para despertar o espírito animal dos empresários seria recebê-los individualmente, ouvindo as queixas e sugestões e dizendo o que o governo está fazendo e o que pode fazer para sustentar o avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**), como os projetos de concessão de portos, rodovias, ferrovias e aeroportos. O Palácio do Planalto acredita que a estratégia dará certo e funcionará como contraponto à campanha contra o ministro Mantega "encabeçada pelos que estão perdendo dinheiro com as mudanças impostas na economia pelo governo em favor da maioria da população".

Dilma reconhece que houve falhas **importantes** na comunicação do governo com os agentes econômicos, sobretudo em relação às contas públicas. Mas, para ela, é inaceitável campanhas feitas, sobretudo, no exterior. Primeiro, foi a revista inglesa The Economist, que pediu a demissão de Mantega. Ontem, foi a vez de o prestigiado jornal Financial Times, referência no mundo das finanças, ironizar "o jeitinho brasileiro" na administração das contas públicas, sempre buscando artifícios para cumprir a meta de superávit primário de 3,1% do **PIB**.

Nas palavras da publicação, o termo "jeitinho" se refere ao hábito nacional de se desviar de regras ou convenções por meio de táticas "altamente criativas", beirando a ilegalidade. "Você não tem ingressos para um show ou não passou em sua prova de habilitação para dirigir? Não se preocupe: basta encontrar um jeitinho. Parece que isso também funciona para administrar a economia brasileira", destacou o texto de um dos blogs mais acessados do jornal.

Na cabeça de Dilma, pelo menos neste momento, não há a menor possibilidade de mudanças na equipe econômica, ainda que não falem candidatos para o comando da Fazenda, como o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIMentel**, e o presidente do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Luciano Coutinho. "Dilma está satisfeita com Mantega e vai mantê-lo firme a seu lado. Ele faz o que o governo acredita que deve ser feito. Agora, se está contrariando interesses arraigados no país, não podemos fazer nada. O que **importa**, na visão da presidente, é o melhor para o Brasil. E Mantega está empenhado em fazer o melhor", disse um dos assessores mais próximos de Dilma. Isso não quer dizer, porém, que a presidente esteja satisfeita com o imenso desgaste enfrentado pelo governo por causa das manobras fiscais anunciadas pela Fazenda, com o intuito de engordar o caixa do Tesouro Nacional em quase R\$ 20 bilhões.

Os encontros com o empresariado começaram na semana passada. Ontem, passaram pelo Planalto o presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau; Eike Batista, presidente do Grupo EBX, e seu pai Eliezer Batista, além do fundador da Kahan Academy, Salman Khan, em companhia do bilionário brasileiro Jorge Paulo Lemann, acionista controlador da Ambev, do Burger King e das Lojas Americanas.

Questionado pelo Correio sobre o que conversou com Dilma, Lemann foi sucinto: "Disse que estamos fazendo o que sempre fizemos: investindo. Temos projetos em todas as nossas empresas e nunca demos muita atenção se a economia está muito aquecida ou não. Sempre mantemos uma visão de longo prazo. Sabemos que, no Brasil, isso dá certo".

#### GM insiste em demissões

O diretor de Assuntos Institucionais da General Motors, Luiz Moan Junior, afirmou ontem que continua negociando o corte de 1,8 mil empregados da fábrica de São José dos Campos (SP). As dispensas seriam necessárias porque a unidade deixou de produzir os modelos Zafira, Meriva e Corsa. Segundo Moan, que se reuniu ontem com o secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, as demissões não contrariam o governo.

#### **Eike promete mais energia**

O empresário Eike Batista, avisou ontem à presidente Dilma Rousseff que ajudará o governo a afastar o risco de racionamento de energia. Segundo ele, duas termelétricas da MPX adicionarão 680 megawatts (MW) ao sistema elétrico nacional até o fim de fevereiro. Antes da conversa com Dilma,

o multimilionário se encontrou com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. "Temos vários projetos, plantas, que estão entrando agora e que vão integrar o parque brasileiro para ajudar a não ter racionamento. Não vai ter", disse. Ao longo do ano, o grupo de Eike contribuirá com um total de 3 mil MW ao sistema por meio de usinas a carvão e a gás natural. O empresário ressaltou que está recorrendo contra a cobrança de R\$ 3,7 bilhões em impostos feita pela Receita Federal.

Veja também (agrupamento):

Inflação de 1% em janeiro

	VEÍCULO FOLHA DE BOA VISTA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Suframa não regulamenta isenção para produtos industrializados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### ÉLISSAN PAULA RODRIGUES

A **Suframa** (**Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus**) ainda não regulamentou a isenção para produtos industrializados nas Áreas de Livre **Comércio** de Boa Vista. O benefício é assegurado pelo artigo 6º da Lei 11.732/2008, que cria a ALC Boa Vista e garante aos empresários cadastrados o direito a isenção do IPI (Imposto sobre Produtos

Industrializados) para produtos industrializados com matéria-prima **regional**, tanto para a comercialização quanto para o consumo interno.

A Folha procurou o secretário estadual de Planejamento, Haroldo Amoras, que confirmou a informação e disse que a regulamentação e consequente garantia da isenção são **importantes** para a atração de novos investimentos para Roraima. Segundo ele, falta uma decisão, por parte da **Suframa**, em regulamentar o artigo.

A partir daí, conforme o secretário, essas empresas que continuam arcando com o IPI poderão ser beneficiadas e deixar de pagar os impostos. Questionado sobre o número de empresas que ganhariam com a regulamentação, ele explicou que não existe um dado estatístico para retratar a questão,

mas citou como exemplo as empresas que trabalham com a **produção** de bebida alcoólica.

“São empresas com IPI alto, acima de 50%. Uma empresa que produz utilizando matéria-prima predominantemente **regional** poderá ter a isenção e se tornar muito mais competitiva”, esclareceu.

O percentual de cobrança do imposto, conforme o secretário, varia conforme a atividade econômica e essencialidade do bem. “Produtos considerados não essenciais como cigarro e bebidas alcoólicas, por exemplo, chegam a pagar IPI de até 80%, enquanto que outros tidos como essenciais, como o pão, pagam muito pouco”, comentou.

Ele explicou que o artigo abrange matérias-primas de todos os estados da **Amazônia** Oriental (Acre, Rondônia, **Amazonas** e Roraima) e uma série de produtos desde sucos, bebidas, artigos de movelaria, entre outros.

A Folha procurou o **Superintendente** adjunto de Planejamento e **Desenvolvimento Regional** da **Suframa**, Nagib Lima, para se pronunciar sobre o assunto. Ele afirmou que se pronunciará sobre a questão posteriormente, mas não especificou uma data.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Cai desempenho do setor de tecnologia</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**As fabricantes de chips devem estar entre as companhias com pior resultado no ano passado**

**Caroline Valetkevitch**

Na atual temporada de balanços financeiros, o setor de tecnologia dos Estados Unidos vem ocupando uma posição incomum, a de arrastar para baixo os resultados das grandes empresas norte americanas, em vez de elevá-los. Wall Street antecipa que a receita do setor de tecnologia no quarto trimestre tenha caído em 1,1% sobre um ano antes, a primeira queda desde o terceiro trimestre de 2009, ainda que mantenha projeção de alta para os lucros das empresas que integram o índice S&P 500.

As fabricantes de chips de vem estar entre as companhias com pior desempenho, diante de vendas de computadores inferiores às esperadas. A demanda internacional fraca e a preocupação quanto à crise fiscal dos EUA também podem estar entre as causas do baixo investimento empresarial em tecnologia.

"A falta de crescimento econômico que vimos na Europa, a desaceleração nos **mercados** emergentes... isso colocou pressão considerável, especialmente sobre a tecnologia", disse

o vice presidente de investimento em ações na corretora Charles Schwab, Ornar Aguilar, em San Francisco.

**Intel dá a largada**

A maioria das empresas de tecnologia só começará a divulgar resultados na semana que vem, mas a Intel deve anunciar seus números hoje. Entre os subsetores da tecnologia, as 13 companhias de semicondutores de vem ter queda média de lucro trimestral da ordem de 28,4%, enquanto as quatro fabricantes de equipamento para **produção** de semicondutores devem ver queda de 50,7% de acordo com a Thomson Reuters.

A Texas Instruments está entre as fabricantes de chips que lançaram alertas no quarto trimestre, assim como a Applied Materials. A Texas Instruments, que reduziu sua projeção de lucro em dezembro, mencionou provisões para custos de reestruturação como causa. O setor de tecnologia do S&P 500 subiu 13,2% em 2012, acompanhando os 13,4% da média do S&P 500 em geral, mas as ações de tecnologia vêm apresentando desempenho fraco desde setembro, de acordo com um indicador.

	VEÍCULO PARAIBA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Em dois anos, Itamaraty emite mais de 100 passaportes diplomáticos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Nos últimos dois anos, o MRE (Ministério das Relações Exteriores) do Brasil concedeu 112 passaportes diplomáticos em caráter excepcional a diversas autoridades, ligadas ou não ao governo, segundo levantamento feito pelo UOL com base no Diário Oficial da União.**

Além de bispos de igrejas evangélicas, que causaram polêmica ao receber o documento nesta semana, há outras personalidades conhecidas do público que também tiveram acesso ao passaporte diplomático, incluindo outro líder religioso, o arcebispo emérito de São Paulo, dom Cláudio Hummes. O presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), José Maria Marin, e o ministro aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) Cezar Peluso, entre outras pessoas, também tiveram acesso ao documento.

Durante todo o ano de 2011, foram 49 passaportes concedidos; em 2012, 51; e, nas duas primeiras semanas de janeiro de 2013, 12 documentos do gênero foram emitidos pelo Itamaraty. Não é possível fazer a comparação com anos anteriores, pois só a partir de janeiro de 2011 o Itamaraty começou a publicar os nomes dos titulares no Diário Oficial.

#### **O que diz a regra**

As regras para a concessão do passaporte diplomático foram definidas no decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006.

Diz o texto que têm direito regularmente ao passaporte diplomático: o presidente da República, o vice-presidente e os ex-presidentes da República; os ministros de Estado, os ocupantes de cargos de natureza especial e aos titulares de secretarias vinculadas à Presidência da República; os governadores dos Estados e do Distrito Federal; os funcionários da carreira de diplomata, em atividade e aposentados, de oficial de chancelaria e os vice-cônsules em exercício; os correios diplomáticos; os adidos credenciados pelo Ministério das Relações Exteriores; os militares a serviço em missões da

Organização das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, a critério do Ministério das Relações Exteriores; os chefes de missões diplomáticas especiais e aos chefes de delegações em reuniões de caráter diplomático, desde que designados por decreto; os membros do Congresso Nacional; os ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União; o procurador-geral da República e aos subprocuradores-gerais do Ministério Público Federal; e os juízes brasileiros em tribunais internacionais judiciais ou tribunais internacionais arbitrais.

O decreto, no entanto, deixa uma brecha para pessoas não relacionadas nos quesitos acima que queiram o "superpassaporte". No parágrafo 3º, o texto afirma que "mediante autorização do ministro de Estado das Relações Exteriores, conceder-se-á passaporte diplomático às pessoas que, embora não relacionadas nos incisos deste artigo, devam portá-lo em função do interesse do país." Até 2011, as pessoas que obtinham acesso ao passaporte diplomático a partir dessa regra eram desconhecidas, mas, desde 2011, o MRE determinou que os nomes deviam ser publicados no Diário Oficial da União.

#### **Mudança de regras**

Após a publicação de reportagens que mostravam que filhos e netos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva haviam recebido o documento a poucos dias do final do mandato, o MRE publicou uma portaria em 25 de janeiro de 2011 para dar transparência ao assunto.

A portaria do Itamaraty afirma que o requerente deverá demonstrar que "está desempenhando ou deverá desempenhar missão ou atividade continuada de especial interesse do país, para cujo exercício necessite da proteção adicional representada pelo passaporte diplomático". Afirma ainda que a concessão de passaporte diplomático ao cônjuge, companheiro ou companheira e aos dependentes estará vinculada à missão oficial do titular e, portanto, terá validade pelo prazo da missão.

A portaria determina ainda que os que recebem passaporte diplomático de acordo com o parágrafo terceiro - ou seja, os emitidos em caráter "excepcional", - e têm o nome e o pedido publicados no Diário Oficial da União, o que não acontecia anteriormente.

### **Ministério da Defesa**

Dos 112 documentos, a maioria foi emitida para integrantes do **Ministério** da Defesa e das Forças Armadas Brasileiras. Em 2011, o **Ministério** entregou 19 passaportes para o **Ministério** da Defesa, para a Marinha e para o Exército. Em 2012, foram 21, e, neste começo de ano, já foram três passaportes. O Itamaraty afirma que a Defesa e as Forças Armadas recebem mais documentos que os demais órgãos devido ao grande efetivo.

Questionado sobre o alto número de passaportes especiais, o **Ministério** da Defesa afirma que "os pedidos de emissão de passaportes obedecem a critérios que regem as diretrizes". Segundo o **Ministério**, as condições que levam os militares a receberem o documento são: curso de mais de dois anos e missões de paz no exterior, e serviço nas embaixadas como adidos militares. É comum ainda que os militares levem familiares nas missões no exterior, e, nesse caso, os cônjuges e dependentes também têm direito ao documento de identificação. "Se o militar tem uma família enorme e há necessidade de levar todos, o número aumenta. Se o militar é solteiro, diminui", afirma o **Ministério**.

Em segundo lugar entre os órgãos que mais receberam passaportes diplomáticos, estão representações do **Brasil** no exterior, ligadas ao próprio **Ministério** de Relações Exteriores. Somados os anos de 2011 e 2012, foram 20 passaportes diplomáticos para embaixadas e consulados do **Brasil** no México, no Timor Leste, na Nicarágua, no Japão, no Uruguai, no Canadá e para a representação permanente do **Brasil** junto aos organismos internacionais sediados em Londres.

Aparecem ainda com frequência passaportes emitidos para a Vice-Presidência da República (oito em 2011 e dois em 2012), para a Presidência da República (três em 2011 e um em 2012) e para o Supremo Tribunal Federal (cinco em 2011, e dois em 2012 e 2013). Segundo a Vice-Presidência, os servidores que receberam o documento são a chefe de gabinete do vice-presidente e

"militares que cuidam da logística e do atendimento ao vice-presidente da República nas viagens internacionais".

Entre os nomes relacionados ao gabinete da Presidência, estão o assessor internacional da presidente Dilma Rousseff, Marco Aurélio de Almeida Garcia, e o economista José Francisco Graziano da Silva, atual diretor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e ex-ministro da Segurança Alimentar.

Também foi comum, nos últimos anos, a emissão de passaportes para a Polícia Federal. No Distrito Federal, foram cinco passaportes emitidos em nome da PM-DF, que, procurada pela reportagem, não se pronunciou sobre o assunto.

No Judiciário, entre os ministros que receberam passaportes diplomáticos recentemente, estão os magistrados aposentados do STF Cezar Peluso, Néri da Silveira, José Francisco Rezek, Ilmar Galvão e suas respectivas mulheres. O ministro-substituto do TCU (Tribunal de Contas da União) Marcos Bemquerer Costa também o recebeu, assim como sua mulher. Segundo as assessorias do STF e do TCU, todos os ministros e seus cônjuges têm direito a portar o documento, incluindo os magistrados aposentados, que continuam aptos a representar o tribunal no **Brasil** e no exterior.

Dos **Ministérios** do **Governo Federal**, houve ainda um passaporte diplomático emitido para Maurício Antônio Rocha Borges, do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior. Segundo a pasta, Borges lidera missões empresariais o exterior por ser diretor da Apex (Agência Brasileira de Promoção de **Exportações** e Investimentos), órgão vinculado ao **Ministério**.

### **CBF e arquidiocese**

O levantamento do UOL mostra ainda que servidores de entidades diversas, como a Confederação Brasileira de Futebol (além de Marin, sua mulher, Neuza Augusta Barroso Marin, também é portadora do documento), o Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), o Banco do Brasil, a Arquidiocese de São Paulo, a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus**, a Organização Internacional do Café.

Procurados pela reportagem para comentar a emissão dos passaportes, a CBF e a Arquidiocese de São Paulo não responderam aos questionamentos.

### **Benefícios**

De acordo com o Itamaraty, nem todos os aeroportos do mundo fazem distinções entre os detentores de passaporte diplomático e comum. Em geral, os que têm passaporte diplomático têm uma fila especial e são submetidos a regras específicas para a concessão de visto. Mas isso não acontece sempre.

Ainda conforme o **Ministério** das Relações Exteriores, quem tem passaporte diplomático é submetido às mesmas regras dos demais viajantes no que se refere aos tratamentos na Polícia Federal e na Receita Federal.

O passaporte oferece vantagens a seu portador, como não pagar por ele e não precisar de visto para alguns destinos, como a China.